



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005670-65.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **CHRISTIAN LUIS IENCO**  
 Requerido: **Orleans Peugeot Ltda e outro**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de ação de procedimento ordinário com pedido de indenização por danos morais movida por **CHRISTIAN LUIS IENCO** em face de **ORLEANS PEUGEOT LTDA** e **PEUGEOT – UNIDADE NU CORPORATE**.

Em sua narrativa inicial o autor aduz que comprou o veículo do anterior proprietário, sendo que este o havia comprado apenas três meses antes (26/01/2011). Prossegue alegando que após aproximadamente 2 anos o referido veículo começou a apresentar barulhos no motor, vazamento de óleo, além de interrupção no funcionamento do motor. Como o prazo de garantia ainda vigia, diligenciou até a concessionária local (segunda requerida), a qual não detectou o problema. Após, foi até a concessionária em Ribeirão Preto (primeira requerida) que, após 3 tentativas, realizou o conserto. Na primeira tentativa houve a troca de "tuchos", mas o problema persistiu; na segunda houve a troca da turbina do motor, mas o problema ainda persistiu e, por fim, na terceira, foi solucionada uma trinca no motor, sendo então efetivamente realizado o conserto do veículo. Frente a esses fatos, requer indenização por danos morais em razão da demora e aborrecimento que teve para que fosse realizado o conserto.

Com a peça inicial vieram encartados os documentos de fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

17/35.

Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda, devidamente citada (fl. 44), apresentou sua resposta por meio de contestação. Preliminarmente, sustentou sua ilegitimidade passiva. Meritoriamente, argumentou a ausência de vício de fabricação, bem como de danos morais.

A correquerida Orleans Comercial Ltda, também citada (fl. 43), contestou a pretensão do autor com os mesmos argumentos de mérito.

Houve réplica às fls. 102/108.

A ilegitimidade arguida foi afastada à fl. 112. Na mesma oportunidade foi determinada a realização de perícia técnica sobre eventual vício de fabricação.

O laudo pericial foi acostado às fls. 200/218, havendo posterior manifestação das partes (fls. 223/226 e 230/232).

**Este é o relatório.**

**DECIDO.**

A presente demanda tem como escopo a reparação de suposto dano moral, por meio de indenização a ser arbitrada, em razão da demora e aborrecimentos enfrentados pelo autor quando do conserto de seu automóvel.

Não há preliminares pendentes de apreciação, passando-se, de plano, ao mérito.

Primeiramente, consigna-se que o autor almeja unicamente a reparação por danos morais. O conserto foi realizado, não havendo nos autos queixas nesse sentido, tampouco foram ventilados quaisquer danos materiais.

Pois bem, extrai-se do feito, indubitavelmente, que o autor levou seu veículo para que fossem prestados os serviços das rés.

Houve controvérsia sobre a natureza dos problemas mecânicos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

apresentados, razão pela qual foi determinada a perícia judicial.

Frise-se que embora não se encontre o julgador adstrito aos laudos periciais apresentados para a formação de seu convencimento, o resultado das perícias proporciona elementos técnicos preciosos para chegar-se à justa solução da lide.

Nesse giro, torna-se imperioso reconhecer que os problemas apresentados pelo veículo não foram gerados por má conduta do autor.

Conforme demonstrado pelo *expert*, inclusive com supedâneo nos documentos contidos nos autos, o autor realizou todas as revisões mecânicas, e solicitou o conserto dentro do prazo de garantia do veículo, sendo que estes problemas esporadicamente ocorrem no decorrer da vida útil dos veículos.

Confira-se parte do laudo de fls. 200/218:

"1) Pode-se afirmar que os defeitos surgidos no automóvel do Autor tiveram origem em eventual colisão, falta de manutenção (último parágrafo, fl. 59), mau uso, ou qualquer outra causa ?

Resposta 1- Não. O Autor comprovou ter realizado todas as revisões recomendadas pelo fabricante até a revisão dos 70 mil km.

(...)

3) Os defeitos apresentados precocemente no veículo em tela, como barulhos no funcionamento do motor, vazamento de óleo, acendimento de luz no painel e constante interrupção no funcionamento do motor, podem ser atribuídos ao mau uso pelo Autor?

Resposta 3- Não.

4) O defeito apresentado após 02 (dois) anos e alguns meses de utilização (considerando que o veículo foi fabricado em 2010) está atrelado ao vício oculto e/ou de fabricação do produto?

Resposta 4- Com dois anos de uso, (62 mil km), veículos estão susceptíveis a apresentar mau funcionamento em seus componentes.

(...)

7) Quando o veículo deu entrada na Concessionária, ainda estava dentro do prazo de garantia de fábrica?

Resposta 7- Sim."

Não se comprovou que os vícios estariam associados ao mau uso do veículo, ao tempo de utilização ou ao consumo de combustível de má



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

qualidade.

Enfim, não se demonstrou fato imputável ao autor e as rés assumiram o conserto do automóvel.

Por outra banda, convém pormenorizar o tempo e o atendimento despendidos ao autor, cerne da lide. Primeiramente, em 08/01/2014 (fl. 31), levou o carro à primeira requerida, que nem sequer detectou o problema. Inconformado, conduziu o veículo até a segunda requerida, na cidade de Ribeirão Preto onde, após 3 tentativas, conseguiu realizar o conserto em 02/05/2014 (fl. 31).

Ora, o lapso temporal de 4 meses não é algo razoável para um conserto dessa magnitude, de um veículo moderno que não saiu de linha.

Ficou demonstrada a demora excessiva para fins de conserto.

Se as partes rés tivessem realizados seus serviços com eficiência, certamente o tempo gasto seria menor e autor não seria obrigado a conviver com os defeitos por meses.

Não há nos autos nenhuma justificativa para o elevado tempo, pelo contrário; as várias idas e vindas do autor às concessionárias, bem como o seu deslocamento para outra cidade e os consertos parciais e falhos, apenas demonstram o dano causado.

Repisa-se, o dano moral não é presumido, mas está demonstrado face as particularidades do caso concreto.

Malgrado realizado, o conserto demorou para ocorrer. Os vícios não foram saneados em tempo adequado.

Assim sendo, o autor ficou privado de seu veículo, indevidamente, por aproximadamente 4 meses. Isso lhe causou danos morais injustos. Sua rotina diária foi perturbada, o desenvolvimento de suas

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

atividades foi afetado, sua confiança restou frustrada e, por conseguinte, sua tranquilidade acabou comprometida. Vale dizer, o autor foi ofendido em seus direitos da personalidade.

Os danos morais, contudo, não foram tão intensos. Não se pode ignorar que o serviço foi realizado e que o autor, ao que consta (fl. 210), sempre recebeu atendimento por meio da concessionária. A falha de serviço, ao que tudo indica, foi pontual.

Nessa linha, arbitro a indenização por danos morais em R\$ 5.000,00, em atenção às considerações acima expostas, à capacidade econômica das rés, à pouca intensidade dos danos e ao tempo da demora para o conserto.

Trata-se de valor razoável, suficiente, a um só tempo, para dar certo conforto ao autor, sem importar locupletamento injusto, e sancionar a conduta das rés, estimulando-as a adotar postura mais eficiente.

Pelo todo exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para condenar as rés, solidariamente, a pagarem ao autor R\$ 5.000,00, a serem acrescidos de correção monetária pela tabela prática do TJSP, desde a publicação desta sentença, e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação. Isso por conta de o fator tempo já ter sido considerado à fixação do *quantum*.

Condeno ainda as rés no pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários dos advogados do autor, fixados em 15% do valor da condenação, de forma solidária.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL****JUIZ DE DIREITO**

(documento assinado digitalmente)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

P.R.I. São Carlos, 12 de janeiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA